

# ‘Rope Jump’: entendida a modalidade radical de salto

Por Lanna Silveira

A morte da jovem Maria Eduarda Rodrigues em um acidente de “rope jump”, que completou uma semana neste sábado (20), acendeu novamente a discussão sobre a segurança na prática de esportes radicais no Brasil. Na ocasião, a vítima foi lançada de uma altura de 40 metros em queda livre, sem o uso de cordas, que são um equipamento prioritário de segurança no esporte. No dia da morte, a equipe realizava uma série de saltos na Ponte do Esqueleto, em Limeira (SP).

O caso, que segue em investigações, trouxe atenções ao método de salto que ainda era pouco conhecido entre o público geral, mas já tinha popularidade entre adeptos de esportes de adrenalina. O Correio Sul Fluminense conversou com Adelino Martins, especialista em rope jump e representante do coletivo barramansense “A Vida nas Cordas”, para trazer mais informações sobre a modalidade e compreender quais foram as falhas que causaram o acidente recente.

## O histórico da modalidade no Brasil

O rope jump é uma modalidade de esporte radical que se assemelha ao bungee jumping, envolvendo o salto em locais de altitude. A prática usa cordas sem elasticidade e tem a intenção de passar a sensação da adrenalina por queda livre. Ao chegar ao máximo do comprimento da corda, o esportista balança no ar como um “pêndulo”.

Apesar de ter construído uma comunidade de adeptos, a atividade ainda não é regulamentada no Brasil. Mesmo que legalizado e permitido, o rope jump ainda não possui normas e protocolos específicos ao esporte, ou um sistema de fiscalização.

Adelino explica que a modalidade é relativamente nova no Brasil, com cerca de 15 anos de atividade, e que a prática do rope jump exige planejamentos complexos. “Em dez anos a gente fez bastante avanço, mas ainda é pouco. Existem muitas empresas que ainda não possuem CNPJ, por exemplo. O certo seria uma equipe que segue corretamente as normas: CNPJ, seguro aventura, uma equipe formada por pessoas com treinamento em trabalho em altura, resgate e primeiros socorros”, explica o profissional. Ele acrescenta que, na sua equipe, existe pelo menos um bombeiro civil e um enfermeiro que acompanham o resto da equipe em todos os dias de salto.

Um passo importante para a consolidação do rope jump no Brasil foi tomado há pouco mais de dois meses, com a criação da Associação Brasileira de Rope Jump. No momento, existem três empresas filiadas, com procura crescente. Segundo Adelino, a organização é responsável pelo estabelecimento de normas de segurança, aplicando punições a empresas filiadas que apresentem qualquer tipo de conduta indevida. “Existe todo um protocolo de segurança e treinamento de pessoas que vão trabalhar nos eventos, com técnicas de ancoragem, técnicas de ‘furamento’ de pedra, de concreto. A partir do momento que uma equipe ou empresa não segue [essas convenções], eles serão punidos”, exemplifica.

Adelino explica que a aplicação de punições pela Associação ainda está em desenvolvimento, pelo fato de a organização ainda ser recente. No momento, o

Divulgação/A Vida nas Cordas



Esporte é semelhante ao bungee jumping, praticado em grandes altitudes

## Atividade ganhou repercussão após um acidente por conduta indevida

regulamento envolve uma espécie de “tolerância”: se uma empresa descumprir requisitos, ela recebe uma penalidade adequada mas ainda segue filiada; caso haja um segundo erro, essa empresa será excluída da associação. “Conforme a associação for crescendo, a gente vai conseguir controlar a segurança e oferecer cursos para qualificar empresas”, analisou.

### Medidas de segurança

O rope jump segue os protocolos de segurança de trabalho exigidos para esportes de aventura de natureza semelhante. Como a prática pode ser realizada em diferentes tipos de ambiente – como pontes, precipícios e pedreiras –, a forma como a estrutura de salto será montada exige estratégias específicas, respeitando as particularidades de cada um deles.

Os equipamentos que precisam ser utilizados obrigatoriamente na montagem são: cordas semi estáticas ou estáticas; mosquetões, que servem para fixar a corda; capacete; a “cadeirinha”, que é acoplada ao corpo do esportista; peitoral; e mecanismos de frenagem das cordas para quando elas esticam seu comprimento máximo no salto. O limite de peso das cordas varia entre 2.500 a 3 mil quilos.

O especialista pontua que a maioria das pessoas que decidem saltar de rope jump possuem pouca, ou nenhuma experiência no esporte, que pode dificultar no entendimento das normas de segurança que estão sendo seguidas pela empresa prestadora do serviço. Adelino recomenda que os praticantes sempre chequem avaliações deixadas em canais de comunicação, como em redes sociais ou no Google, além de verificar se essa empresa informa o CNPJ.

### Falhas de conduta

Adelino reforça que em casos de acidente, como o de Maria Eduarda, as vítimas não devem ser culpabilizadas pelos erros da empresa. “[A vítima] não tinha a obrigação de nada. A única coisa que ela fez foi comprar um salto com seguro. E essa empresa era falsa. Eles inventaram um CNPJ e mostraram para o pessoal da organização da ponte [onde o acidente ocorreu]”, explica.

Ainda analisando as falhas de conduta demonstradas neste acidente, Adelino reforça que a empresa tinha poucos meses de operação e que o quadro de funcionários era formado por pessoas com pouca experiência no esporte. — Em toda equipe, existem várias funções. A primeira delas é colocar o equipamento individual [no esportista], que é a cadeirinha e o peitoral. Depois disso, outra pessoa precisa conferir se tudo foi feito corretamente. Quando o esportista vai para a área de salto, vai ter alguém para oferecer as instruções sobre COMO saltar e perguntar como o praticante quer fazer aquele salto. Ali é feito um segundo “checkup” para ver se as ancoragens e cordas estão no tamanho e altura correta. Quando o esportista chega na plataforma, existe uma outra pessoa para colocar a corda e outra para fazer a conferência da corda: se o bloqueio está pronto, se lá embaixo ela está na altura certa e se estamos em condições para largar o salto. No caso da Maria Eduarda, nada disso foi feito — conclui.